

Análise da relação entre a Teoria Econômica e as Estratégias de Desenvolvimento utilizadas no Brasil entre 1930 e 1989.

Jaqueline Damasceno Silva¹, Everton Sotto Tibiriçá Rosa².

1. Estudante de Economia da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia – FACE/UFG; *jaquelineeconomist@gmail.com
2. Professor Pesquisador da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia – FACE/UFG;

Palavras Chave: *Economia monetária, Desenvolvimento brasileiro, Poupança compulsória.*

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender o papel dos fundos de poupança compulsória no processo de desenvolvimento brasileiro, avaliando as estratégias adotadas em relação as teorias dos autores do campo de estudo do desenvolvimento e da economia monetária, destacando os períodos de proximidade e afastamento entre a teoria e o que pôde ser observado. Para isso, é preciso compreender como se deu a evolução e quais foram as perspectivas da capacidade de investimento dos fundos, o perfil que assumiram e os resultados que se propagaram nos anos que se seguiram. Além disso, procura-se verificar a hipótese de que as ideias de Myrdal, Hirschman e Kaldor acerca do desenvolvimento são alinhadas à teoria econômica monetária de Keynes.

Discussão e Resultados

Como crítica aos usos e características da poupança compulsória em comparação ao conceito utilizado por Keynes, é possível compreender que a poupança compulsória exerce função estratégica na política de administração da demanda agregada, pois viabiliza a regulação e contenção de consumo corrente, transferindo-o para o futuro, evitando a pressão sobre a oferta que tende a ser mais inelástica frente ao impacto abrupto dos esforços de desenvolvimento. Além disso, podem ser usados para distribuição da renda, ao transferir poder de compra das camadas sociais de maior poder aquisitivo – que tem uma propensão a poupar maior – para as camadas com pequeno poder de compra, aumentando o nível agregado de gastos na economia, o que potencializa o crescimento do produto e, conseqüentemente, o nível de investimento, aumentando a capacidade de oferta de bens, e de postos de trabalho. Algumas destas características puderam ser notadas ao longo do desenvolvimento planejado no Brasil, como a instituição do adicional do imposto de renda sobre as faixas de renda mais altas, durante o governo de Vargas, além de impostos específicos - encargos que incidiam mais sobre as maiores rendas e usuários de serviços específicos. Contudo, percebe-se que o principal uso dado aos fundos no Brasil está associado à garantia de recursos para o custeio de projetos de longo prazo, dada a incipiência do mercado de capitais brasileiro e à carência de crédito para a atividade de longo prazo, de maior risco e que demonstravam complexidade tecnológica. Ou seja, a poupança compulsória foi utilizada para formação do *funding* dos bancos públicos de investimento, ou para conter importações, que gastavam as reservas em moeda estrangeira. A maneira encontrada no país para combater a descontinuidade tecnológica, para suprir os esforços financeiros e enfrentar o risco dos empreendimentos exigiu intensos esforços para alcançar a transformação da infraestrutura, isso se deu por meio do planejamento e da execução Estatal. Ele foi o agente investidor, produtor e

financiador, por meio da utilização da poupança pública; estimulou os segmentos do setor privado a investir, produzir e financiar através da execução de políticas econômicas e da direção das instituições financeiras. Atuou de forma direta através de incentivos fiscais, através da utilização de uma política cambial diferenciada e com subsídios aos setores importadores de máquinas e equipamentos. Criou instituições como o BNDES, garantindo o atendimento financeiro e técnico para as áreas de infraestrutura de transportes, energia e para o financiamento do setor industrial. Durante o Regime Militar, o Estado estabeleceu novas formas poupança compulsórias para composição do *funding* nacional de investimento, como o FGTS, PIS-PASEP, reduzindo o nível de consumo da classe trabalhadora e, conseqüentemente o produto corrente. Além disso, associada à inflação, essas medidas provocaram exatamente o contrário do objetivo da proposta de Keynes e da experiência na condução do esforço de investimento – de guerra –, pois no Brasil aumentaram a distância entre o poder de consumo dos mais ricos e mais pobres, e não zelaram pela preservação do poder de compra e da justiça social com as camadas da população mais envolvidas nos esforços produtivos. Prejudicando o crescimento do produto em algumas décadas, a distribuição da renda, mas, principalmente, levando à falta de credibilidade da capacidade do Estado de gerir a economia em prol do desenvolvimento econômico.

Conclusões

Foi possível avaliar o desempenho dos planos e verificar que os planejadores adotaram estratégias para o desenvolvimento brasileiro incompatíveis do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, em associação com a teoria monetária apresentada ao utilizarem a poupança como financiadora do investimento, sem se preocupar com o impacto da estrutura de taxaço sobre a distribuição de riqueza, causando disparidade na capacidade de consumo entre as classes e não foi eficaz na contenção da inflação.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. **Development projects observed**. Brookings Institution, 1967.

KALDOR, N. "A Model of Economic Growth", in KALDOR, N., **Essays on Economic Stability and Growth**, Glencoe, Illinois: The Free Press, 1960.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom: an inaugural lecture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KALDOR, N. The Case for Regional Policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v.17, n.3, p. 337-348, nov. 1970.

KEYNES, J. M. **How to Pay for the War: A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer**. New York: Harcourt, Brace, 1940.

ROSA, E. S. T. **A Economia Monetária de Keynes: A Moeda e o Sistema Financeiro a Serviço da Produção ou a Administração Financeira Estatal**. 2016. 212f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2016.